

O TRABALHO E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE FEMININA NA AGRICULTURA FAMILIAR

Jonas Anderson Simões das Neves¹

Resumo

Neste artigo busca-se discutir a importância da qualidade do trabalho agrícola na construção da identidade e na definição dos projetos ocupacionais de jovens agricultoras. Para realizar esta pesquisa utilizaram-se tanto informações procedentes de um conjunto de questionários fechados quanto de entrevistas, de tipo semi-estruturadas, numa abordagem que se afilia à perspectiva quanti-qualitativa. O referencial teórico utilizado está balizado pelo conceito de qualidade do trabalho agrícola, a partir do qual o trabalhador é entendido, simultaneamente, como membro de uma unidade produtiva e de acordo com suas percepções enquanto sujeito. A partir deste referencial, buscou-se demonstrar que a inserção profissional das moças nas unidades de produção familiar ocorre de forma precária, o que gera, entre elas, uma crise de identidade com a agricultura. Desta forma, demonstra-se, ao final, que as moças vislumbram apenas no meio urbano a possibilidade de construção de uma identidade positiva, tendendo a optar pela elaboração de projetos com vistas ao abandono do rural e de busca de inserções ocupacionais urbanas.

Palavras chave

Agricultura Familiar; Agricultoras Familiares; Trabalho Precário; Identidade; Projetos.

¹ Professor da Universidade Federal do Pampa – Campus Itaqui. E-mail: jonasanderson@ig.com.br

THE WORK AND THE CONSTRUCTION OF FEMALE IDENTITY IN FAMILY FARMING

Abstract

This article seeks to discuss the importance of quality of agricultural labor in the construction of identity and in the definition of occupational projects of young female farmers. To carry out this study we used both information from a series of interviews with closed questionnaires as semi-structured interviews, in a quantitative and qualitative approach. The theoretical framework utilized by this search was the concept of quality of agricultural labor, from which the worker is seen simultaneously as a member of a production unit and according to their perceptions as subject. From this framework, we sought to demonstrate that the professional integration of women in the family production units occurs precariously, which generates, among them an identity crisis with agriculture. Thus, it is shown in the end that the girls see only in urban areas the possibility of constructing a positive identity, tending to opt for the development of projects with a view of the abandonment of the rural and the urban occupational seeking.

Key words

Family farming; Family Farmers Girls; Precarious Work, Identity, Projects.

Introdução

Ao examinar as dinâmicas populacionais que caracterizaram o Brasil desde meados do século passado é possível identificar um constante aumento da população urbana em contraste a redução da população rural. Conforme os dados do último Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), esta tendência foi mantida durante a primeira década do século XXI, porém com menor intensidade, pois se no interregno entre os anos 1991 e 2000 a população rural declinou de 24,5% do total para 18,8%; entre os anos 2000 e 2010 a redução do contingente populacional rural foi de 18,8% do total para 15,7%².

No entanto, a despeito da menor intensidade do êxodo rural apontada pelos dados do IBGE, um aspecto ainda permanece inalterado: o predomínio de jovens e de mulheres entre os migrantes (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999; FERREIRA; ALVES; 2009). Esta seletividade dos processos migratórios

(...) can be explained largely in terms of the following factors: the lack of opportunities for young people, especially women, in the rural environment; a division of labor that prioritizes activities performed by men and relegates women to the position of helpers in the production process even when their effort is equivalent to that of men; the predominance of women in domestic work, which in family farming includes the kitchen, the garden, and taking care of the animals that are to be consumed by the family, including milking; the invisibility of the work done by women, children, and young people; and the exclusion of women from the inheritance of land. (BRUMER, 2008, p. 11)

² De acordo com dados do IBGE, no intervalo entre os anos 1950 e 2010 a população urbana cresceu de 36,2% do total para 84,3%, enquanto a rural reduziu-se de 63,8% do total para 15,7%.

Igualmente, Brumer (2004) já havia destacado algumas consequências trazidas por essa migração seletiva, dentre as quais se podem sublinhar: a) o aumento do número de homens celibatários no meio rural, trazendo assim dificuldades à própria reprodução das atividades agrícolas, dado o importante papel desempenhado pelas mulheres como mão de obra não remunerada; b) uma defasagem entre o número de moças e de rapazes no rural, que pode levar alguns rapazes a migrar em busca de companheiras no meio urbano; c) um comprometimento do tecido social rural, pois essa migração seletiva poderia prejudicar a reprodução da agricultura familiar, ou ainda inviabilizar a manutenção de escolas rurais, centros comunitários, igrejas e outros.

De toda forma, verifica-se, como resultado desse processo seletivo de migração, marcado por jovens e por mulheres, que a população rural brasileira está cada vez mais envelhecida, dando margem a indagações referentes à própria viabilidade do futuro da agricultura e do rural no Brasil (NEVES; SCHNEIDER, 2015). Neste sentido, trata-se aqui de discutir as formas pelas quais a articulação entre as diferentes questões que envolvem a agricultura familiar acabam por, indiretamente, afastar cada vez mais os jovens, em especial as jovens mulheres, do rural e da agricultura.

Um primeiro ponto, levantado por Brumer (2008), refere-se às poucas oportunidades disponibilizadas as mulheres jovens no rural. Neste

sentido, Chant (1998) aponta tanto as maiores oportunidades de empregos disponíveis às mulheres no meio urbano quanto o fato de sua saída ser, em muitos casos, mais valorizada pela família do que sua permanência. Isto ocorre porque, segundo a autora, no ambiente agrícola familiar, as moças constituiriam o que denomina *surplus household labor*³, ou seja, se pela tradicional divisão sexual do trabalho caberiam às mulheres – tanto as filhas como as mães – a realização das atividades domésticas, e sendo possível que apenas uma – mediante o aumento de sua auto-exploração – dê conta destes afazeres, como comumente ocorre com as mães; então as filhas passam a constituir-se em mão de obra concorrente a elas, tornando-se mais viável – economicamente - à família, que as filhas mulheres se empreguem em ambientes urbanos, deixando de se constituírem em mão de obra excedente na unidade de produção. A pesquisadora também justifica a estratégia familiar de incentivar as filhas a se ocuparem fora da propriedade porque haveria entre elas uma maior tendência do que entre os filhos homens de enviar recursos para propriedade familiar, mesmo já ocupando um domicílio desvinculado dos pais. (CHANT, 1998)

Por sua vez, Melo e Di Sabbato (2006, p. 63) associam a seletividade dos fluxos migratórios ao fato de que “a forte presença feminina na ocupação rural está concentrada no trabalho não remunerado e no autoconsumo”. Desta forma, as mulheres acabam ocupando um papel subordinado no

³ Trabalho doméstico excedente (tradução livre)

meio rural, apesar de trabalharem tanto quanto os homens nas atividades agrícolas, sem contar que também desempenham as atividades domésticas, que não são reconhecidas como trabalho.

A subordinação do papel feminino na agricultura familiar também é apontada em outros estudos. Silva (2009) aponta que a renda obtida pelas mulheres é comumente administrada pelo chefe da família. Brumer e Spanevello (2008) constataam uma menor participação das mulheres na administração das propriedades, Brumer e Weisheimer (2006) verificam o não reconhecimento e a invisibilidade do trabalho feminino. A tese de Hernandez (2009), por sua vez, é ilustrativa desta subordinação das mulheres rurais, pois a autora demonstra que as atividades femininas – como é o caso da produção de leite – quando passam a gerar lucros mais significativos, são assumidas pelos homens.

A sucessão geracional na agricultura familiar constitui outra dimensão da precariedade da condição feminina no meio rural, pois apesar de ser uma questão de consaguinidade, Carneiro (2001) demonstra que as moças tradicionalmente são excluídas da herança da terra para evitar a fragmentação da propriedade. Mais recentemente, Spanevello (2008) demonstrou que as mulheres só são herdeiras quando não há filhos homens na família, porém, segundo estudo de Neves (2013), mesmo nesses casos, há o requisito de que as moças tenham namorados agricultores, do contrário,

a preferência é pela venda da propriedade.

Como se pode perceber, e tendo em vista a relação proposta por Brumer (2007), de que os jovens decidem seu futuro ocupacional, especialmente no que se refere à permanência ou não na agricultura, a partir de um equacionamento entre os fatores de atração e repulsão à atividade agrícola, predominam entre as jovens mulheres rurais os fatores de repulsão ao rural e de atração ao urbano.

Diante de tal quadro, há de se concordar com Champagne (1986) que visualiza uma crise nas formas familiares de produção, crise esta que, segundo ele, decorre de uma falta de identidade social⁴, mas que é cada vez mais agravada pelo constante êxodo feminino, especialmente entre as mulheres mais jovens, em direção às cidades.

Neste cenário, percebe-se um afastamento das jovens mulheres do rural em virtude de uma crise de identidade social, produto, fundamentalmente, da falta de reconhecimento e da posição de subordinação que ocupam em suas famílias. Diante disso, buscar-se-á, neste artigo, discutir em que medida a qualidade do trabalho desempenhado pelas moças possui implicações em seu processo de construção identitária e, por consequência, na definição de seus projetos ocupacionais.

⁴ Segundo o autor, essa crise de identidade decorre da ampliação dos espaços de socialização dos jovens e de um maior acesso aos meios de comunicação, pois se antes os jovens agricultores viviam mais isolados partilhando uma cultura e uma identidade camponesas específicas, hoje eles estão em constante contato com outras formas culturais, de modo que vivem um conflito entre uma identidade camponesa formulada por seus pais e um modo de vida urbano idealizado.

Destaca-se que as análises por ora apresentadas têm por base os resultados de pesquisa empírica realizada no município São Lourenço do Sul, localizado ao Sul do Estado do Rio Grande do Sul, às margens da Lagoa dos Patos. Trata-se de um município de colonização predominantemente germânica, caracterizado pela presença de pequenas propriedades rurais, destacando-se a produção leiteira e as culturas de fumo, milho e feijão.

A base de dados da pesquisa é constituída por um conjunto de cinquenta e cinco questionários aplicados a jovens rurais com idades entre 15 e 24 anos⁵, os quais foram analisados com o auxílio do software SPSS (*Social Package for the Social Sciences*). Além dos questionários, também foram realizadas dezenove entrevistas, de tipo semi-estruturadas, com jovens da mesma faixa etária, com os pais de alguns jovens e com alguns informantes-chave⁶.

Cumprе lembrar que entre os jovens entrevistados havia tanto rapazes quanto moças, de forma que neste estudo, dedicado à análise da condição feminina na agricultura familiar, considerar-se-á também os dados relativos aos rapazes, procedimento este que permite um olhar, *vis a vis*, no que diz respeito

5 Segundo Castro (2006), para facilitar a identificação da população jovem, organismos internacionais como a OMS (Organização Mundial da Saúde) e a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura) definiram o corte etário de 15 a 24 anos como critério para identificar a mesma, critério este que se tornou parâmetro para muitas pesquisas relativas à juventude. É esse mesmo critério que se pretende utilizar para a realização da presente pesquisa.

6 Os questionários foram aplicados durante a realização de uma pesquisa de campo encomendada pela FETRAF-Sul (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar), filiada a CUT (Central Única dos Trabalhadores), sobre os jovens que participaram do projeto “Consórcio Social da Juventude Rural”, a qual foi coordenada por Anita Brumer; já as entrevistas foram realizadas pelo autor deste artigo.

às particularidades inerentes a inserção feminina e masculina na agricultura familiar.

A qualidade do trabalho agrícola e a condição feminina.

Neste artigo se tem como principal objetivo analisar as implicações que a qualidade do trabalho desempenhado por jovens mulheres na agricultura familiar possui na construção da identidade e no processo de formulação de seus projetos ocupacionais, destacando-se, especialmente, sua decisão entre permanecer na agricultura ou migrar para o centro das cidades em busca de empregos urbanos.

Para realizar esta análise, estabeleceu-se como marco teórico fundamental o conceito de qualidade do trabalho agrícola, o qual, conforme Neves (2009), pode ser entendido a partir de duas dimensões: uma objetiva, na qual o trabalhador é entendido enquanto membro de uma unidade produtiva composta pelo conjunto dos integrantes da família, e outra subjetiva, à qual se refere o trabalhador e suas percepções enquanto sujeito. Desta forma, enquanto os indicadores relativos à dimensão objetiva do conceito permitem inferências referentes às formas pelas quais os trabalhadores inserem-se nas atividades agrícolas familiares, a dimensão subjetiva permite visualizar a compreensão deles relativa a seu papel no interior da família e da unidade de produção.

Desta forma, ao se avaliar a qualidade do trabalho entre as jovens agricultoras, parte-se da hipótese de que as moças, em virtude de sua inserção mais precária no âmbito do trabalho nas propriedades familiares em que residem, apresentem uma tendência de abandono do rural e de busca de inserções ocupacionais melhor qualificadas no ambiente urbano.

Ainda em acordo com a hipótese que baliza a construção deste artigo, entende-se que a precariedade do trabalho feminino na agricultura familiar, com destaque para as jovens mulheres, decorre não apenas das atividades que executam, mas fundamentalmente da falta de reconhecimento enquanto agricultoras plenas, o que, em última instância, acaba por incidir numa crise de identidade que as impulsiona para fora da agricultura familiar.

De acordo com Dubar (1998), a identidade é construída a partir de uma perspectiva dual, que põe, de um lado, uma identidade de si – construída subjetivamente pelo ator – e de outro uma identidade para si – construída na e pela relação com o outro. Neste sentido, o reconhecimento do outro é fundamental para construção da identidade, sendo assim, a partir do momento em que um ator social deixa de ser reconhecido por suas atividades, mediante o olhar do outro, tende a passar por uma crise de identidade. No caso analisado, as jovens mulheres, ao não terem seu trabalho reconhecido, mediante o olhar dos outros, passam a ter questionada a sua própria condição de agricultoras, optando por abandonar esta condição no intuito de buscar outras identidades, comumente desvinculadas do rural.

Identidade precária: a negação da mulher na agricultura familiar

Conforme definido anteriormente, o conceito de qualidade do trabalho possui duas dimensões, uma objetiva, que aborda o trabalhador enquanto membro da unidade produtiva, e outra subjetiva, que se refere às percepções do trabalhador enquanto sujeito.

Ao se avaliar o papel das jovens mulheres enquanto trabalhadoras da unidade de produção familiar, um primeiro aspecto que chama a atenção refere-se à jornada de trabalho. Neste sentido, enquanto os dados dos questionários indicam que elas possuem jornadas inferiores a dos rapazes, os relatos permitem verificar que as moças subestimam suas jornadas de trabalho, pois comumente desconsideram no cálculo das horas trabalhadas as atividades domésticas realizadas, como se percebe no relato de Catarina⁷, de 17 anos, ao afirmar que “eu não trabalho em casa, eu sou estudante (...) só assim, o trabalho doméstico, tipo limpar a casa e essas coisas”. Em estudo desenvolvido por Brumer e Weisheimer (2006, p. 18), esta prática é atribuída ao fato de as atividades domésticas não serem reconhecidas enquanto trabalho, apesar de indispensáveis à manutenção da unidade familiar.

Outra categoria de atividades tradicionalmente desempenhada pelas mulheres, mas que acaba sendo dissolvida no trabalho da família, sem ser,

⁷ Para preservar a identidade dos entrevistados são utilizados nomes fictícios.

por consequência, reconhecida como trabalho, é a “ajuda”. Desta forma, é comum que as mulheres, jovens e adultas, participem das atividades agrícolas “produtivas” juntamente com os homens, porém, quando indagadas acerca das atividades que desempenham relatam apenas que ajudam os pais/maridos, como expressa Laura, de 15 anos: “como eu estudo à tarde, às vezes eu ajudo, às vezes eu fico em casa fazendo o almoço, e aí eu chego em casa e eu ajudo também, é tudo dividido assim, cada um faz uma coisa”. Esta é uma situação comum aos jovens de uma maneira geral, acentuada entre as moças, mas que, em última instância, representa o patriarcalismo dominante nas formas familiares de produção, visto que apesar do trabalho de todos, apenas o homem/pai e os filhos homens mais velhos são reconhecidos como agricultores.

Ainda em se tratando das atividades desempenhadas por homens e mulheres na agricultura familiar, os resultados da pesquisa indicam que há a reprodução, por parte de rapazes e de moças, da divisão sexual do trabalho herdada dos pais e avós, pois enquanto elas demonstram preferência pelas atividades domésticas, eles preferem trabalhar no preparo da terra para o plantio. Esta constatação é representativa da rigidez da divisão sexual do trabalho dominante na agricultura familiar, pois ao mesmo tempo em que os rapazes não participam e tampouco são incentivados a exercerem atividades domésticas, que seriam uma incumbência teoricamente feminina;

as mulheres, apesar de desenvolverem atividades agrícolas – incumbência teoricamente masculina - não são reconhecidas por este trabalho. Desta forma, os jovens acabam por assumir e reproduzir, em seus discursos e na prática cotidiana, relações de gênero pré-estabelecidas.

Responsáveis pelas atividades domésticas e com o dever de “ajudar” nas atividades agrícolas, obviamente não resta tempo suficiente para que as mulheres, principalmente as mais jovens, possuam atividades autônomas na propriedade. Desta forma, não causa surpresa que apenas os rapazes possuam atividades autônomas nas propriedades. No entanto, mais do que uma questão de falta de tempo, o principal empecilho encontrado pelas mulheres – jovens e adultas – para que desenvolvam atividades individuais na propriedade diz respeito ao não reconhecimento de sua capacidade administrativa, como é demonstrativo seu afastamento das decisões familiares, verificado durante a pesquisa. Desta forma, quando querem auferir rendimentos próprios, as mulheres sentem-se inclinadas a buscar empregos urbanos, nos quais serão remuneradas e reconhecidas, ao contrário do que ocorre na propriedade familiar, onde seu trabalho, apesar de não reconhecido, quando passa a gerar valor é assumido pelos homens, como relata Hernández (2009) no caso da produção de leite.

A menor autonomia das moças também é perceptível ao se verificar que enquanto 58% dos rapazes possuem carro ou moto próprios, entre elas

esta proporção é de 30%. Da mesma forma, verificou-se que nenhuma das moças entrevistadas é regularmente remunerada por seu trabalho e que a maioria delas não possui conta corrente ou poupança em bancos. Esta falta de autonomia, que dificulta o acesso das moças a transporte e a recursos próprios, é entendida por Castro (2006) como uma forma de controle das famílias sobre as moças, que assim precisam pedir dinheiro aos pais e depender de caronas – dos próprios pais, dos irmãos homens ou de parentes - para frequentarem atividades de lazer, sendo mais facilmente vigiadas.

Igualmente, verificou-se que as moças, ao contrário dos rapazes, estão também socialmente mais desprotegidas, visto que a grande maioria delas não possui o bloco de produtor rural e sequer tem seu nome incluso no dos pais⁸. A não confecção do documento por parte das moças, ou ainda a não inclusão delas no documento dos pais, pode ser tanto representativa da falta de reconhecimento das jovens mulheres como trabalhadoras, quanto significar sua falta de identidade com a atividade agrícola e a consequente ambição de abandoná-la assim que possível.

A crise de identidade das moças com a agricultura é bastante perceptível ao se avaliar a forma como elas se auto-identificam, pois 81,6% delas não se apresentam como agricultoras, mas como filhas de agricultores.

⁸ O bloco de produtor rural é o documento que permite aos produtores contribuírem para a previdência social e garantirem suas aposentadorias, devendo para isso apenas registrar as movimentações financeiras de sua propriedade. O agricultor tem a prerrogativa de incluir em seu bloco todos os que trabalham na propriedade sem qualquer ônus.

É bem verdade que esta também foi a principal resposta entre os rapazes, porém numa proporção menor, apesar de significativa, 66,2%. Diante deste quadro, é possível comprovar a precariedade da condição juvenil na agricultura familiar, a qual é mais acentuada entre as moças, e que explica porque jovens e mulheres destacam-se entre os que migram do campo para as cidades.

A questão sucessória constitui mais uma dimensão do papel subordinado ocupado pelas mulheres na agricultura familiar. Nesta pesquisa comprovou-se que apesar de afastadas do processo sucessório, 80% das moças entrevistadas cogitam a possibilidade de serem agricultoras. Porém, apenas 20% delas possuem algum indício de que podem receber a terra, de forma que, em sua maioria, caso queiram permanecer na agricultura precisam encontrar um rapaz com terras para casar, ficando numa situação de dependência como a relatada por Vanessa, de 17 anos, quando perguntada acerca de seu futuro “é que aqui tudo depende do namorado que a gente arruma se ele for do campo, não vai gostar de ir para a cidade, eu ainda não sei, não tenho certeza”.

É importante lembrar que esta “vontade” de permanecer no rural, verificada entre a maioria das moças, não reflete necessariamente um projeto sonhado e idealizado por elas, pois a análise das entrevistas permite verificar que, em boa parte dos casos, acaba por ser uma contingência. As limitações apresentadas pelas moças para não realizar seus projetos urbanos podem ser resumidas a três fatores: 1) a baixa escolaridade, que dificulta o acesso ao

mercado de trabalho urbano; 2) o desejo dos pais de que elas permaneçam, especialmente pela necessidade de sua mão de obra, não remunerada, para a viabilidade da propriedade familiar; 3) a falta de outras oportunidades de inserção profissional.

De acordo com Giddens (2009), os atores sociais, como agentes reflexivos, possuem a capacidade de realizar leituras altamente complexas de sua realidade social. Desta forma, entende-se que as jovens agricultoras, apesar de aspirarem carreiras urbanas, conhecem as dificuldades que encontrarão para torná-las realidade, de modo que, sabedoras das poucas chances de sucesso de projetos não agrícolas, sonham com o que podem realizar, abraçando-se as oportunidades de que dispõem, projetando a permanência na agricultura mais como destino do que propriamente como desejo.

Neste sentido, destacam-se as trajetórias de Rochele, 22 anos; Janete, 17 anos e Luana, 21 anos. A primeira é categórica ao afirmar “eu quero ser professora”, no entanto reconhece “que é complicado, porque aqui não tem ônibus pra tu ires fazer o magistério na cidade, então por isso que é complicado, a gente plantar fumo e fazer o magistério não dá, porque eu já ia ter que ficar lá”, de forma que ao avaliar as possibilidades de ser agricultora conclui “por enquanto, se as coisas não melhorarem, se a situação não melhorar, vou ter que continuar sendo [agricultora]”. Janete, por sua vez, ilustra a realidade de muitas meninas, que apesar do desejo de estudar, são impingidas a ficar por

força do comprometimento familiar; em seu caso, “gostaria muito de seguir estudando, mas a minha família depende de mim, meus pais principalmente, como a minha irmã é menor e ela está estudando ainda, só iam ficar três pessoas lá em casa”. Já os motivos que estão levando Luana, que faz questão de ressaltar seu amor pelos estudos e afirma que “queria direito ou pra parte de professora”, são mais dramáticos, dado que envolvem tanto a questão financeira, “eu fiz as contas e disse: ‘mais ai eu não vou me manter’, que tem que se manter na cidade em tudo, e ai os custos, e ai não, e os salários de São Lourenço não são muito”; quanto a própria violência de gênero, como fica explícito em seu relato, ao comentar como avalia suas chances de ser advogada ou professora:

Daqui é difícil né, mas pode ser que um dia (...) no ano passado eu me inscrevi [no ENEM] e ai o meu namorado brigou, porque deu no dia de folga dele, que era o dia de folga dele, e ‘tu vais sair no dia da minha folga?’ Ai acabou que eu não fui fazer a prova pra ele não brigar comigo, e ai ficou. (Luana, 21 anos)

Mas, nos casos em que conseguem estudar, Brumer e seus colaboradores (2007), em pesquisa realizada no Oeste de Santa Catarina, já haviam verificado que há uma tendência de as moças rurais, quando não estão casadas ou noivas ao final do Ensino Médio, tenderem a abandonar a agricultura logo que concluem seus estudos. Os dados desta pesquisa vão ao encontro desta conclusão, pois há

na amostra selecionada para o presente estudo uma proporção muito reduzida de moças com mais de 21 anos, em sua maioria, já comprometidas. Este cenário confirma a dificuldade dos rapazes para encontrarem companheiras no meio rural. No mesmo sentido, verificou-se que 53% delas não gostariam de casar com um agricultor, ao contrário do que acontece entre os rapazes, dos quais 90% gostariam de casar com uma agricultora.

Para entender esta maior rejeição das moças em relação à possibilidade de casamento com agricultores, deve-se levar em consideração também a avaliação que fazem de seus pais, visto que têm na vivência cotidiana deles um “espelho” para o modo de vida que deverão levar caso sigam o mesmo caminho. Neste sentido, verificou-se que as jovens mulheres tendem a avaliar negativamente o modo de vida de seus pais, ao contrário do que ocorre com os rapazes. Desta forma, enquanto eles querem seguir a trajetória dos pais, assumindo a propriedade, para boa parte delas não convém sair da atual situação, de filhas de agricultores, para ocupar outra condição de subordinação, a de esposas de agricultores.

No entender de Sansalieu (2001), a identidade se constrói no/pelo trabalho, de forma que as moças percebem, a partir da avaliação de sua condição e de suas mães, que na agricultura não possuem esta possibilidade, sentindo-se atraídas pelas perspectivas urbanas, onde podem, através do estudo, buscar uma profissão que lhes dê autonomia e identidade.

A desigualdade entre os atores envolvidos nas formas familiares de produção não é apenas de gênero, mas também de geração, de forma que os jovens também ocupam posições submissas na divisão social do trabalho, não sendo também reconhecidos (CASTRO, 2006). Contudo, há diferenças nas formas de reconhecimento entre jovens mulheres e jovens homens, visto que os últimos desfrutam de maior prestígio de trabalhadores do que as primeiras e, além disso, aos rapazes é dada a possibilidade de, ao assumirem uma propriedade autônoma ou através do casamento, obterem o reconhecimento enquanto agricultores plenos. Já às moças essa perspectiva não é facultada na forma pela qual a agricultura é tradicionalmente organizada, visto que, ao casarem, elas deixam de ocupar o espaço de filhas para tornarem-se esposas de agricultor.

A agricultura familiar passa por um processo de crise, marcada pela crescente masculinização e envelhecimento do campo, crise esta que, segundo Champagne (1986), decorre de uma crise de identidade dos jovens com o meio rural e que toma dimensões ainda mais amplas se considerarmos que a reprodução das formas familiares de produção é, fundamentalmente, endógena, isto é, o futuro da agricultura familiar depende das atuais gerações de agricultores (CHAMPAGNE, 1986).

Conclusão

As conclusões a que se chegou neste artigo caminham no sentido de confirmar a hipótese da crise da agricultura familiar, pois se verificou que a qualidade do trabalho das jovens é inferior a qualidade do trabalho dos rapazes, fato que justifica sua predominância entre aqueles que pretendem migrar. Mas, além desta conclusão, a análise também possibilitou inferir que o maior objetivo dos jovens ao decidirem sobre seu futuro é a busca por autonomia, o que significa obter o controle sobre suas próprias vidas, objetivo este que é vislumbrado pelos rapazes na formação de uma nova família e, pelas moças, na busca de um trabalho urbano.

Assim como sugere Sainsanlieu (2001), contemporaneamente, a busca de identidade tem sido fundamentada nas atividades do trabalho e na vida profissional, o que se torna improvável entre as mulheres rurais, dado que para elas é bastante difícil construir uma identidade profissional de agricultoras sem o devido reconhecimento de seu trabalho.

Neste sentido, entende-se que as moças, avaliando sua atual situação e espelhando-se na situação de suas mães - de invisibilidade e não reconhecimento de seu trabalho - acabam optando por seguir carreiras urbanas que lhes permitam à construção de uma identidade profissional. Acredita-se também que essa opção feminina por projetos urbanos não seja fruto de uma simples relação de causa (não reconhecimento e invisibilidade

do trabalho) e efeito (projetos ocupacionais não rurais), mas que se explique pelo seu processo de socialização envolto em desigualdades de gênero, que elas interpretam como normais, mas que não querem reproduzir em seu futuro.

Identifica-se, portanto, a partir desta análise da realidade da agricultura familiar no sul do Brasil, uma crise, decorrente, em boa medida, do processo de masculinização e envelhecimento que têm caracterizado esse espaço social. Entre os fatores que condicionam esse processo migratório seletivo, que culmina na dita crise de reprodução social das formas familiares de produção, está a falta de identidade das jovens mulheres com o rural.

Esta falta de identidade das moças com a agricultura decorre, fundamentalmente, do não reconhecimento do trabalho feminino nas unidades de produção familiar, falta de reconhecimento esta que provém da divisão sexual do trabalho, que tradicionalmente marca as formas familiares de produção e que relega às mulheres atividades ligadas à reprodução dos estabelecimentos familiares.

Avaliando a qualidade do trabalho agrícola entre jovens inseridos na agricultura familiar, concluiu-se que o trabalho feminino é mais precário que o masculino, sendo consequência dessa menor qualidade de seu trabalho a elaboração, por parte das moças, de projetos de migração para o urbano. Diretamente implicada nessa decisão das jovens mulheres está sua busca

por autonomia, a qual não é visualizada no horizonte da agricultura familiar, na qual somente poderiam conseguir passar de filhas de agricultor a esposas de agricultor.

Mas o horizonte urbano, mais do que autonomia, oferece também a possibilidade de construção de uma identidade profissional, isto é, buscando o exercício de uma profissão urbana as moças querem encontrar também o reconhecimento profissional e uma identidade pessoal para além de filhas e esposas.

É no trabalho e pelo trabalho que se forjam as identidades profissionais (SAINSANLIEU, 2001), mas uma identidade profissional só pode ser construída positivamente se este trabalho que lhe formata for também reconhecido, ou ainda, se a pessoa que o exerce for reconhecida por seu exercício.

Todavia, considerando-se as formas pelas quais tradicionalmente estão organizadas as formas familiares de produção, nas quais as mulheres ocupam posições subordinadas, esta construção de uma identidade profissional positiva pelas mulheres é inviabilizada. Neste sentido, é compreensível que as moças se sintam atraídas pela possibilidade de construir carreiras urbanas, cogitando a permanência no rural apenas pela impossibilidade da migração.

Ao final deste estudo é possível concluir que a qualidade do trabalho

agrícola entre as mulheres - incluindo-se seu reconhecimento como agricultoras plenas, o acesso a benefícios sociais e a capacidade desse trabalho de suprir suas necessidades materiais, econômicas e sociais - ocupa um papel central na construção dos projetos ocupacionais e de vida das jovens agricultoras. Desta forma, o enfrentamento desta crise de reprodução geracional porque passa a agricultura familiar, traduzida no Brasil, especialmente na região Sul, por um processo de envelhecimento e masculinização do campo, passa necessariamente pela melhoria da qualidade do trabalho agrícola entre as mulheres, de forma que este seja capaz de permitir seu reconhecimento enquanto agricultoras plenas e, por consequência, a construção de uma identidade positiva com a agricultura.

Referências

BRUMER, A. Gender Relations in Family-Farm Agriculture and Rural-Urban Migration in Brazil. *Latin American Perspectives*, v. 35, p. 11-28, 2008.

BRUMER, Anita et al. Como será o campo amanhã? *A situação dos jovens do Oeste Catarinense, numa perspectiva de gênero*. Porto Alegre: Relatório de Pesquisa, 2007

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: carneiro, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. *Jovens rurais em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad, 2007, p.35-52.

BRUMER, Anita. As agricultoras no Sul do Brasil. *Estudos Feministas*. Florianópolis, 12, p.171-174: 2004.

BRUMER, Anita; SPANEVELLO, Rosani. *Jovens agricultores familiares da região Sul do Brasil*. Porto Alegre: Relatório de pesquisa, 2008.

BRUMER, Anita; WEISHEIMER, Nilson. Agricultura e políticas públicas para as mulheres rurais no âmbito do Mercosul. In *NEAD: Gênero, Agricultura e reforma agrária no Mercosul*. Brasília: MDA/NEAD, 2006, p. 46-87.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. *IPEA (texto para discussão, n° 621)*, 1999.

CARNEIRO, Maria José. Herança e gênero entre agricultores familiares. Santa Catarina: *Revista Estudos Feministas – CFH/CCE/UFSC*. Vol.9, p. 22-55: 2001.

CASTRO, Elisa Guaraná. Entre ficar e sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural, contribuições para o debate. Quito: *VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural*, 2006.

CHAMPAGNE, Patrick. Ampliação do espaço social e crise da identidade camponesa. Tradução do texto “Elargissement de l’espace social et crise de l’identité paysanne”. *Cahier d’Economie et Sociologie Rurales*, n.3, déc.1986, p.73-89.

CHANT, Silvia. Households, gender and rural-urban migration: reflections on linkages and considerations for policy. Londres: *Environment and Urbanization*, vol.10, nº1, 1998.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. In *Educação e Sociedade*. Campinas: vol 19, nº 62, abril de 1998.

FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar In *CASTRO, Abrahão et al, Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.

GIDDENS, Antony. *A constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HERNÁNDEZ, Carmem Osório. Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de “empoderamento” para as mulheres rurais. Porto Alegre: Tese de Doutorado/UFRGS, 2009.

MELO, Hildete Pereira; DI SABATTO, Alberto. Situação das mulheres trabalhadoras rurais e as políticas públicas no Brasil. In *NEAD debate. Gênero, Agricultura e reforma agrária no Mercosul*. Brasília. MDA/NEAD, 2006. p. 46-87.

NEVES, Jonas A. S. *Entre a permanência e a migração: a opção dos jovens agricultores a partir da qualidade do trabalho na produção integrada de fumo em São Lourenço do Sul – RS*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Sociologia – UFRGS, 2009.

NEVES, Jonas A. S. *Mobilidade social e agricultura familiar no Brasil do século XXI*. Porto Alegre: Tese de doutoramento em Sociologia - UFRGS, 2013.

NEVES, Jonas A. S., SCHNEIDER, Sérgio. Brazilian demographic transition and the strategic role of youth. *Space, Populations, Sociétés [En ligne]*, 2015. Disponível em <https://eps.revues.org/5774>, acesso em 19/12/2016.

SAINSAULIEU, Renaud. A identidade no trabalho ontem e hoje. *Revista Contemporaneidade e Educação*, ano VI, nº19, 1º sem/2001, p.56-73

SILVA, Carolina Braz de. *Pluriatividade e relações de gênero na agricultura familiar do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado/ UFRGS, 2009.

SPANEVERELLO, Rosani Maria. *A dinâmica sucessória na agricultura familiar*. Porto Alegre: Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural – UFRGS, 2008.

Artigo recebido em: junho/2013

Aprovado em: setembro/2016